

## CONTRA-RAZÕES AO RECURSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 130/2025 – ITEM 07 08

RECORRIDA: P.F. MEOTTI LICITAÇÕES LTDA – CNPJ 34.133.591/0001-97

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO,

A empresa **P.F. MEOTTI LICITAÇÕES LTDA**, já devidamente qualificada no certame, vem apresentar, tempestivamente, suas **CONTRA-RAZÕES AO RECURSO** interposto pela empresa **ANA CAROLINA EIRELI**, pelas razões a seguir expostas.

### I – SÍNTESE DO RECURSO APRESENTADO

A recorrente sustenta que o motor ofertado pela recorrida não atenderia ao Termo de Referência por possuir eficiência **IR3 Premium**, e que o catálogo apresentado não seria suficiente para comprovação técnica.

Contudo, suas alegações:

- não são acompanhadas de **nenhum laudo técnico**,
- não indicam **qualquer incompatibilidade real**,
- não demonstram **prejuízo ao objeto**,

- e não atacam **os fundamentos da decisão técnica já proferida pelo pregoeiro.**

Trata-se de recurso **genérico, opinativo e sem comprovação técnica**, devendo ser rejeitado.

---

## II – DA DECISÃO TÉCNICA DO PREGOEIRO

O pregoeiro, no pleno exercício das competências previstas na Lei 14.133/2021:

- analisou o catálogo,
- analisou o desenho técnico detalhado,
- verificou conformidade com o Termo de Referência,
- analisou preço e exequibilidade,
- abriu diligências,
- e **habilitou a recorrida.**

A decisão é **técnica, motivada e regular**, não havendo fato novo trazido pela recorrente capaz de alterá-la.

O TCU é claro:

**Acórdão 1.877/2014 – Plenário**

“A fase recursal não pode reabrir análise técnica já regularmente realizada pelo pregoeiro.”

---

## III – DO ATENDIMENTO INTEGRAL AO EDITAL

A recorrida apresentou:

- catálogo técnico completo,
- características do motor,



- potência,
- grau de proteção,
- especificações construtivas,
- desenho técnico,
- documentação de habilitação regular.

A recorrente **não comprovou** qualquer descumprimento do edital.

Não há, no recurso, uma única evidência técnica ou normativa que demonstre que o motor IR3 Premium não atenderia ao funcionamento do portão.

---

#### IV – DO EXCESSO DE FORMALISMO – IR3 X IR4

O argumento da recorrente centra-se apenas na distinção entre IR3 e IR4.

Entretanto:

- a classe IR trata de **eficiência energética**,
- não altera torque, potência, desempenho mecânico nem adequação ao uso,
- não compromete o funcionamento do portão,
- e não foi demonstrada qualquer necessidade específica do órgão para exigir IR4.

Logo, mesmo que existisse tal exigência, sua aplicação **não pode ser interpretada de modo rígido**, quando o produto atende plenamente a finalidade.

O TCU veda formalismo desnecessário:

#### **Acórdão 2.269/2015 – Plenário**

“A desclassificação não pode ocorrer por formalismo quando o objeto atende plenamente à necessidade da Administração.”

## V – DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA – ART. 12 DA LEI 14.133/2021

A proposta da recorrida:

- possui **menor preço**,
- é **exequível**,
- atende ao Termo de Referência,
- foi analisada e aprovada por diligência técnica.

A desclassificação injustificada:

- violaria o art. 12 (vantajosidade),
- aumentaria o custo ao órgão,
- não traria qualquer ganho técnico,
- prejudicaria o interesse público.

---

## VI – DA FRAGILIDADE DO RECURSO DA RECORRENTE

O recurso:

- não traz provas,
- não traz estudo técnico,
- não demonstra prejuízo,
- não apresenta incompatibilidade real,
- não enfrenta os fundamentos da decisão do pregoeiro,
- baseia-se apenas em opinião subjetiva.

É recurso **meramente protelatório**, sem sustentação técnica ou jurídica.

---

## VII – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

- a) O NÃO PROVIMENTO do recurso interposto pela recorrente;
- b) A manutenção integral da decisão do pregoeiro que habilitou e classificou a recorrida;
- c) O reconhecimento de que o motor ofertado atende plenamente ao Termo de Referência e ao interesse público.

Termos em que,  
Pede deferimento.

São Jose, 28 de novembro de 2025.

---

**Pedro Felipe Meotti**

Representante Legal

P.F. Meotti Licitações Ltda

CNPJ 34.133.591/0001-97

